

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1815843 - RO (2019/0146471-3)**

**RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

**AGRAVANTE : ESTADO DE RONDÔNIA**

**PROCURADORES : JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO - RO000173B**

**THIAGO DENGHER QUEIROZ - RO002360**

**WINSTON CLAYTON ALVES LIMA - RO007418**

**MÔNICA APARECIDA EUSTACHIO - RO007935**

**AGRAVADO : CORREA MARTINS & CIA LTDA**

**AGRAVADO : FIRMINO BISPO MARTINS**

**AGRAVADO : JOSIANE CORREA MARTINS**

**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

## EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DA SÚMULA 106 DO STJ. MOROSIDADE DO PODER JUDICIÁRIO. QUESTÃO CUJA SOLUÇÃO EXIGE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. RECURSOS REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA: RESP. 1.102.431/RJ, REL. MIN. LUIZ FUX. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte, firmada no julgamento do REsp. 1.102.431/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 10.2.2010, representativo de controvérsia, é no sentido que a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais demanda reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado na estreita via do Recurso Especial. Consolidou-se, assim, a orientação nesta Corte de que rever a conclusão pela aplicação ou não da Súmula 106/STJ aos casos concretos é tarefa vedada nesta instância recursal, diante da inviabilidade de se reexaminar o acervo fático-probatório dos autos, a teor da Súmula 7/STJ.

2. *In casu*, o Tribunal de origem entendeu que a responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais não poderia ser imputada ao Poder Judiciário. Assim, acolher a tese defendida pela parte recorrente no sentido da incidência da Súmula 106/STJ ao caso concreto somente seria possível mediante novo reexame do contexto fático-probatório da causa.

3. Agravo Interno do ESTADO DE RONDÔNIA desprovido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar

# *Superior Tribunal de Justiça*

provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Relator

